

# O plano possível

Se não houver outro adiamento, como tantos ocorridos nos últimos tempos, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, estará anunciando amanhã mais algumas medidas de seu plano de estabilização da economia, como regras para o novo indexador, e definição dos cortes do Orçamento de 1994 para se chegar à monumental economia de US\$ 22 bilhões nos gastos inicialmente previstos. O ministro deverá apresentar também as emendas constitucionais que permitirão o bloqueio de 15% das transferências para os Estados e municípios e o aumento em 5% de todos os impostos e contribuições federais.

Até agora, as reações a essas duas últimas medidas têm sido altamente negativas, tanto por parte dos empresários e de líderes sindicais, que se opõem a mais um aumento de impostos, quanto, e principalmente, por parte de membros do Congresso e de governadores e prefeitos, que não concordam com a transferência de parte dos recursos que eles recebem para a criação de um fundo social que cobrirá despesas nas áreas de saúde e educação.

É possível e até provável que o plano que o ministro da Fazenda, em continuação ao Programa de Ação Imediata (PAI), começou a anunciar homeopaticamente na semana passada, não seja o melhor do mundo. Ele repete, na essência, o que outros já tentaram sem sucesso no combate à inflação: aumento imediato de impostos e promessas drásticas de reduções de despesas que até aqui nunca se realizaram. Não conhecemos os motivos que estão levando Fernando Henrique a acreditar que, agora, será diferente e que as ordens de austeridade no aparelho estatal serão finalmente cumpridas. Todo mundo, com razão, encontra seu defeitinho no plano e desconfia de sua viabilidade em função das experiências passadas.

Tudo bem! Mas — e nós, que sempre combatemos esse tipo de solução emergencial, somos insuspeitos para fazer essa pergunta — o que sugerir como alter-

nativa? O fato é que estamos hoje no primeiro dia de dezembro, faltando menos de 25 dias para o encerramento efetivo do ano — depois do Natal sabemos que nada se fará no País —, e não podemos começar 1994 sem um plano para evitar que o déficit público chegue a uma explosão no ano que vem, arrastando o País para a hiperinflação. A revisão constitucional, que era uma esperança, já ficou para o início de 1994, o que reduzirá a quantidade de efeitos positivos que ela pode ter ainda no ano que vem. O plano não é o ideal, mas talvez seja o único possível.

É inadmissível, nessas circunstâncias, a atitude dos governadores de Estado que, respaldados na enorme influência que têm sobre as bancadas estaduais no Congresso, estão anunciando que irão derrubar o plano. Isso só seria aceitável se eles tivessem outro conjunto de medidas para substituir essas com as quais o ministro da Fazenda pretende equilibrar o Orçamento da União. A sociedade precisa estar atenta a esses movimentos: muitos políticos criticam o aumento de impostos, mas o que eles não querem mesmo é que o Orçamento seja podado daquele tipo de verba eleitoral que fez a fortuna de João Alves e sua turma.

Assim, está com a razão o ministro Fernando Henrique Cardoso quando cobra da sociedade brasileira, incluindo os políticos, como fez na entrevista que concedeu a **O Estado de S. Paulo**, no Canadá, uma atitude, em relação ao problema, mais positiva que a simples crítica às medidas que ele sugere. “Um plano dessa natureza não é um plano individual ou só do governo. Ou existe uma vontade nacional que se expressa pelo apoio mais amplo ao que nós estamos querendo fazer ou não existe a possibilidade de dar certo” — alertou o ministro.

Bom ou ruim, qualquer plano desse tipo só pode dar certo se a sociedade se compenetrar de que ele pode dar certo.